

## **POR ESPAÇOS DE VISIBILIDADE FEMININA: A experiência de organização política de mulheres e o colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER) do Sul do Pará/Alto Xingu**

Laís Alves dos Santos<sup>1</sup>  
Marcos Alexandre Pimentel da Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo analisa as contradições que permearam a inserção da questão do gênero no território do Sul do Pará/Alto Xingu, que acompanhamos ao longo dos anos de 2014 a 2016, na condição de bolsista de iniciação à extensão junto ao projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará (Nedeter)<sup>3</sup>, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), sendo esse escrito também um instrumento de reflexão e sensibilização das dificuldades das mulheres no enfrentamento das disparidades sociais e de gênero. Mas, que reconhece a presença das mulheres do ponto de vista da (re) existência para além do espaço do colegiado.

**Palavras-chave:** Mulher, Participação, Espaço;

### **Introdução**

O presente artigo analisa as contradições que permearam a inserção da questão do gênero no território do Sul do Pará/Alto Xingu, que acompanhamos ao longo dos anos de 2014 a 2016, na condição de bolsista de iniciação à extensão junto ao projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará (Nedeter)<sup>4</sup>, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Geografia, no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), e bolsista de extensão no Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará. [lsalves62@gmail.com](mailto:lsalves62@gmail.com)

<sup>2</sup> Geógrafo, mestre em Ciências Sociais, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e professor Assistente I do curso de Geografia da UNIFESSPA/Marabá – Orientador. [mpimentel@unifesspa.edu.br](mailto:mpimentel@unifesspa.edu.br)

<sup>3</sup> São núcleos de extensão provenientes do Programa Territórios da Cidadania (PTC), criados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de fornecer apoio ao debate e priorização das demandas e políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais no meio rural dos territórios da cidadania.

<sup>4</sup> São núcleos de extensão provenientes do Programa Territórios da Cidadania (PTC), criados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência do colegiado de desenvolvimento territorial (Codeter) do Sul do Pará/ Alto Xingu e os limites quanto ao tratamento da questão do gênero e à participação ainda restrita das mulheres, mesmo sob uma perspectiva de desenvolvimento territorial que o Programa Territórios da Cidadania (PTC) pressupunha, pois visou estimular a incorporação do gênero em sua proposta oficial.

Nossa problemática deriva das contradições observadas quanto à construção efetiva de estratégias para o alcance dessas metas naquele território, uma vez que a proposta abrange às organizações produtivas de mulheres como estratégia de valorização da diversidade na composição de suas instâncias colegiadas (considerando ainda o fato de que nos municípios do território concentram-se 17 acampamentos e 171 assentamentos da reforma agrária), e o que se observou durante a pesquisa, entretanto, foi uma realidade oposta. Pretendemos então analisar as contradições que se apresentaram no processo de construção desse espaço relacional de inclusão que é o colegiado, experiência esta que foi de encontro com a experiência profunda das mulheres no Sul do Pará.

A temática voltada aos direitos das mulheres mostra que, historicamente, esse processo foi excludente. PATEMAN (1993) fala de um “contrato original” que confere liberdade ao homem e sujeição da mulher.

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres (PATEMAN, 1993, p.16-17).

Partimos da concepção patriarcal das relações sócio espaciais e de uma divisão social do trabalho específica, em que o homem é o responsável pela sobrevivência da família, mas não para ficarmos nessas duas perspectivas, pois as mulheres em foco não restringem sua força de trabalho apenas aos cuidados domésticos, elas auxiliam no sustento da família: plantam, colhem, preparam o solo do seu “pedacinho” de chão, alimentam os pequenos animais, e “dali” retiram a refeição.

Sem o auxílio das mulheres seria possível afirmar a existência, reprodução física e social da família? Provavelmente a resposta seria não. Além disso, para o autor, o patriarcado,

---

fornecer apoio ao debate e priorização das demandas e políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais no meio rural dos territórios da cidadania.

ou a “dominação masculina” (SAFFIOTI, 2015, p.59) se expressa também através do poder político.

Com efeito, o conceito de gênero não corresponde diretamente às análises geográficas, no entanto, suas dinâmicas e relações possuem uma relação direta com o processo de produção do espaço. Daí a importância do gênero como abordagem mediadora de novas produções científicas.

MASSEY (2008) reconhece o espaço geográfico como o produto de inter-relações, como sendo construído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno, independente do gênero. Nesse caso, as relações sociais estão subjugadas também às relações de poder, de “dominação”. Portanto, trabalhar as relações de gênero significa discorrer sobre as relações de poder e sobre como elas afetam as inter-relações que produzem o espaço geográfico.

Estar na condição feminina dentro dessa estrutura, muitas vezes, impossibilita a tomada de decisão sobre a própria vida. Muitas mulheres não ocupam seus devidos espaços, e principalmente, não exercem o seu protagonismo nas relações de poder: de participar, de falar, de articular e de decidir o que se quer enquanto mulher. Nesse caso em específico, a experiência do Sul do Pará aponta para a mulher como elemento constitutivo das disputas e do acesso às políticas públicas.

Para FOUCAULT (1981), o poder não é um objeto, é uma relação e por isso é exercido e, dado através por meio de quem o exerce. O poder é baseado nas relações assimétricas, elas condicionam o domínio e o controle do espaço, transformando-o em um trunfo para o exercício do poder.<sup>5</sup> Existe algo que impeça a mulher de exercer seu poder?

Talvez essas não estejam participando diretamente da instância política colegiada, mas quem dirá que elas não são importantes em suas comunidades? Que não influenciam diretamente na dinâmica da produção e nas decisões tomadas “pelos homens que saem para lutar”? Não podemos deixar passar despercebida a ausência dessas mulheres na composição do Codeter do Sul do Pará/Alto Xingu. Mas, tampouco devemos deixar de pontuar a

---

<sup>5</sup> “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e construídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através [sic] do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1981, p. 183- 184).

experiência profunda de organização política das mulheres na história de organização desse espaço colegiado no Sul do Pará.

Por essa razão levantamos a seguinte questão através da nossa problemática: Considerando a lógica dissimétrica de exercício do poder, é possível falar em outras formas de participação das mulheres no território do Sul do Pará/Alto Xingu? Se existe, por que do ponto de vista do colegiado há não há o reconhecimento dessas experiências?

Nossa hipótese foi a de que historicamente havia no território outras formas de organização das mulheres, na forma de movimentos sociais articuladas à questão agrária. Entretanto, ao longo do tempo, os espaços de diálogos tornaram-se algo fechado a interesses mais amplos, pois como argumenta BATISTA (2017), espaços como o colegiado de desenvolvimento territorial do Sul do Pará/Alto Xingu se tornaram uma “arena” em que territorialidades e centralidades políticas disputam o acesso às políticas públicas.

Justificamos esse trabalho por dois motivos: i) inicialmente, a inquietude por estudar a “questão das mulheres” não nasceu no campo teórico, surgiu da experiência empírica que a participação no Nedeter da Unifesspa trouxe. Em meio às muitas reuniões e trabalhos de campo “lá pelas bandas poeirentas” do Sul do Pará, pouca representatividade feminina foi encontrada. Esse foi o primeiro aspecto para o interesse e desenvolver o artigo, ii) o segundo está diretamente associado à busca por compreender a relação da geografia com a questão das mulheres, de como é pensado o espaço para elas, e de como esse espaço é (ou não) produzido por elas.

A estrutura do nosso trabalho foi dividida pensando primeiramente em uma breve análise da produção do espaço agrário regional do Sul do Pará, destacando os elementos de mudança e permanência de sua formação territorial, e a importância que teve a difícil autonomização das tarefas femininas na área de fronteira. Em seguida, apontamos os principais elementos da dinâmica territorial do Codeter, considerando suas territorialidades e centralidades políticas. Por fim, no terceiro tópico, passamos à análise do processo de participação das mulheres, explorando principalmente as entrevistas realizadas com Maria Célia, primeira articuladora territorial do Sul Pará (e atualmente professora do curso de Educação do Campo da Unifesspa).

O principal resultado dessa experiência consistiu na observação da necessidade de reconhecer o papel político das mulheres no Sul do Pará, sobretudo no que se refere ao início da organização do Codeter do Sul do Pará/Alto Xingu. Além disso, a pesquisa aponta também

para a necessidade de as políticas públicas continuarem na valorização de espaços de maior visibilidade feminina, mais igualitários e de diferenças, partindo da compreensão do gênero como uma questão importante na produção social das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Daí a importância de uma geografia feminista para essas discussões.

### **Breve análise do espaço regional do Sul do Pará/Xingu**

Os municípios que compõem o território do Sul do Pará/Alto Xingu podem ser caracterizados como oriundos das fronteiras, sejam elas de ocupação, de expansão, políticas ou ideológicas. As fronteiras podem manter ideias indesejáveis do lado exterior, principalmente quando esse padrão se associa aos sujeitos que estão nas margens de subordinação.

O processo de criação social e de produção da região do Sul do Pará e Alto/Xingu representa um mundo de criação e destruição. Podemos falar de criação no sentido da implementação de uma nova lógica de produção do espaço a partir de planos de colonização que transformaram a densa vegetação em uma poeirenta estrada, políticas públicas de incentivo à compra de terras, além do fato desse espaço ainda representar uma fronteira que não está consolidada em sua totalidade, visto que os investimentos nos novos “eixos de integração do agronegócio”<sup>6</sup> só crescem.

E, quanto a destruição, refere-se aos impactos da implementação desses processos na região, que se tornou uma das áreas mais conflituosas de todo o país. Uma dinâmica implementada que obedeceu ao já conhecido esquema colonial. A integração e o dito desenvolvimento estiveram estritamente associados a submissão da terra e do homem ao que era imposto pelo agente externo. (SCHIMINK; WOOD, 2012).

Um forte traço dessa formação são os conflitos sociais sobre a posse de terra, que a torna a região conhecida como “Faroeste” da fronteira amazônica. Tal dinâmica molda a ocupação urbana. A área urbana expandia-se através de invasões de terras organizadas por posseiros e por divisões municipais e distribuição de títulos para as áreas invadidas. Esses municípios se consolidaram a partir de muito sangue.

---

<sup>6</sup> MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P. da. **Da agro estratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará**. Boletim DATALUTA. v.99, p.1 - 29, 2016

Posseiros, grileiros, migrantes, pistoleiros, padres, empresas privadas, índios, seringueiros, boias-frias entre outros atores, empresas e instituições aparecem de forma explícita como intermediadores dos conflitos agrários, bem como um papel na organização da comunidade, nas frentes de luta e (re) existência. Mas, e as mulheres, onde se situaram nesse processo?

Bem, essa não é uma questão difícil de ser respondida. Em um espaço de violência e competição no acesso e fixação à terra, a existência de uma família é necessária, mas papel da mulher é tido como subordinado até nesse sentido. No entanto, as margens podem representar o centro se partirmos para uma análise que privilegie a centralidade que os trabalhos tidos como cuidados e (re) produtivos desenvolvidos pelas mulheres possui. Existe uma contribuição do ponto de vista da sobrevivência a partir do papel da mulher.

A autonomização da mulher está diretamente associada ao fato de assumirem espaços de direções: seja o espaço da família, do trabalho e das diversas organizações sociais que lhes é garantida (depois de muita luta e afirmação). Essa mulher depois de um projeto conjunto de existência negada no processo de formação territorial, (re) existem como assessoras, mulheres ligadas aos sindicatos, associações, cooperativas e outras.

### **Os principais elementos da dinâmica territorial do Codeter**

O colegiado territorial representa a principal instância no processo de desenvolvimento sustentável do território a partir da ótica do PTC. É um espaço de participação social, política e de articulação entre as esferas de poder público e da sociedade civil. Para a condução da gestão, o colegiado se estrutura da seguinte maneira: existem as Plenárias Territoriais – de caráter geral, corresponde ao nível deliberativo máximo da instância e as reuniões do Núcleo Diretivo, do Corpo Técnico e das Câmeras Temáticas – mas voltados à elaboração de projetos.

Para além de instância de governança, os colegiados territoriais têm a função de possibilitar a participação social dos atores sociais do território nas tomadas de decisões políticas no que tange o futuro dos territórios. O Codeter do Sul do Pará e Alto Xingu era sediado no município de Redenção, refletindo os resquícios da formação territorial que atribui centralidades a certos municípios. Nas plenárias e reuniões de que participamos, percebemos



forte influência dos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Xinguaara nas tomadas de decisões.

Esses municípios sempre se impunham na tentativa de também centralizar as políticas territoriais de desenvolvimento provenientes do Estado. Percebe-se então que, da formulação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, até sua implantação nos territórios, são gerados inúmeros conflitos territoriais, culturais, econômicos de gênero e principalmente políticos. Todas as ações, discursos, manifestações e movimentos pressupõe uma regionalização que reflete jogos de interesses particulares.

Além disso, o “discurso” da política pública e do desenvolvimento em um contexto como esse, foi recebido com desconfiança aos ouvidos daqueles que já possuem uma experiência maior no que tange aos desmontes que essas políticas podem sofrer na variação do cenário político em outras escalas. Diversas foram as dificuldades encontradas nas dinâmicas dos colegiados, e no Território do Sul do Pará/ Alto Xingu, principalmente as centralidades, territorialidades e a ausência da participação das entidades sociais e das mulheres.

É interessante que em seu trabalho BATISTA(2017) destaca que as políticas de desenvolvimento rural no Brasil tenderam a concentrar os investimentos e as infraestruturas delas resultantes em pequenas porções territoriais (políticas setoriais) beneficiando, ou até mesmo “contemplando” certas áreas, fazendo emergir um desenvolvimento desigual, criando disparidades territoriais e restringindo grande parcela da sociedade dos direitos que lhes são assegurados como moradia, segurança, direito alimentar e saúde.

Durante a experiência como bolsista de extensão, a maior impressão é que aquele ambiente tinha um gênero: o gênero masculino, que deixava claro os papéis dos “machos alfa” lutando por seus interesses específicos. Essa problemática era inquietante, pois as principais discussões giravam em torno da produção de um espaço mais justo, mas, que contraditoriamente negava a ausência das mulheres ali. Era como se a presença ou ausência feminina representassem o mesmo.

### **A (re) significação da existência das mulheres no território do Sul do Pará/Alto Xingu**

A inserção e a participação feminina em espaços políticos de debate, principalmente referidos às políticas públicas trazem à tona as demandas e mazelas que precisam ser

solucionadas. Durante a realização da extensão, a não participação das mulheres se tornou uma problemática de ordem pessoal e acadêmica.

Claramente, colegiado não representou o local para analisar a voz, a participação, e as demandas, mas, se tornou o espaço para refletir os motivos que “expeliram” as mulheres daquele espaço. O território é diverso, e nem tudo poderia ser analisado a partir do colegiado. As listas das reuniões e plenárias do núcleo já permitiam encontrar a não- participação de mulheres. Mas, como em uma caixinha de surpresas, descobriu-se que a discussão sobre a importância da existência de uma política pública mais inclusiva partiu principalmente de mulheres da região, que tinham uma grande capacidade de leitura política.

Tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista com Maria Célia, que foi primeira articuladora territorial do Sul Pará (atualmente professora do Curso de Educação do Campo da UNIFESPA) para saber como foi a sua experiência. Através de sua narrativa obtivemos informações importantes sobre como o território político do Sul do Pará/Alto Xingu se organizou a partir da participação de mulheres.

Mulher, recém-formada e com vários desafios pela frente: essa era Maria Célia durante meados do ano de 2005. Durante a entrevista, seus relatos confirmaram a importância de militantes do Movimento de Mulheres Camponesas para articular as ações no território. Devido sua forte organização, as mulheres transitavam em diversos espaços políticos, dentre eles, o STTR, que foi um ponto de inicial para a articulação de mulheres em Conceição do Araguaia<sup>7</sup>.

Célia se aproximou delas também por esse motivo. Quando as mulheres queriam fazer alguns projetos para apresentar junto a EMATER, junto a FASE, e até mesmo projetos pontuais para subsidiar as ações do 8 de março, e atividades de mobilização nos grupos, Célia foi uma peça chave, uma vez que construiu uma relação amigável com elas, e não só por ser mulher, mas por perceber que elas eram muito esforçadas.

No entanto, explicou que em alguns momentos, situações tensas ocorriam pelo fato de o movimento de mulheres estar à frente. Então, tornavam-se evidentes posturas bem machistas com relação as demandas femininas. Como exemplo, citou que quando as mulheres

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar o trabalho de BATISTA (2017), que mostra em seu trabalho a centralidade política que Xinguara, Redenção e Conceição do Araguaia possuem frente ao Território da Cidadania do Sul do Pará.



apresentavam projetos, eram reprovados justamente por não possuir expressividade de representação do “todo”.

Existe dificuldade no tratamento das questões de gênero, e isso é uma construção social que não é característica apenas do território do Sul do Pará/Alto Xingu. Essa experiência deve ser tida como um desafio para o enfrentamento do sistema patriarcal instituído na sociedade de modo geral. O espaço da mulher não é necessariamente um ou outro. Espacialidades são definidas através de relações.

Deve ser claro que nesse trabalho não existe uma fronteira limite que defina o território como algo concreto. A rigidez não faz parte desse processo, tendo em vista que entre as fronteiras (concretas ou abstratas) sempre haverá algo que as interligue. Esse processo indica caminhos para novas ressignificações do próprio território.

Existe uma organização política de mulheres no Sul do Pará: elas estão na luta pela terra nos acampamentos da reforma agrária, estão como assentadas e produzindo no seu conquistado pedacinho de chão, atuando nos sindicatos, nas associações, nas cooperativas femininas e até mesmo organizadas em forma de um movimento social feminista, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no município de Conceição do Araguaia.

A reflexão feita sobre a ausência das mulheres no Codeter é também uma crítica de como esse espaço ao invés de incluir, ignorou a ausência feminina e suas dificuldades para estar participando e levando suas demandas. Porém, que fique claro que além dos espaços de exclusão, existem os espaços de sororidade em que é possível uma participação efetiva.

É possível falar em outras formas de participação das mulheres no território do Sul do Pará/Alto Xingu. Mas, por um histórico de exclusão e de favorecimento político, o colegiado não reconhece essas experiências.

## **Considerações Finais**

Em nossos levantamentos bibliográficos e ao longo da realização de atividades de extensão junto ao Codeter do Sul do Pará/Alto Xingu, que para nós funcionava também como campo, constatamos que existem muitos obstáculos em relação ao desenvolvimento do papel desse colegiado, e que as territorialidades historicamente estabelecidas nessa região possuem

um papel muito forte quando às decisões tomadas nos encontros entre os atores e entidades do Colegiado, e que existe um comportamento machista ao se tratar das questões de gênero.

A busca de privilégios territoriais acarreta uma acentuada disparidade quanto à distribuição das políticas de desenvolvimento territorial para os municípios que compõe o território da cidadania do Sul do Pará e Alto Xingu. No entanto, nesse trabalho buscamos analisar os limites quanto ao tratamento da questão do gênero e à participação ainda restrita das mulheres.

O processo de construção da subjetividade política da mulher deriva de uma série de fatores que envolvem o próprio empoderamento feminino. Não é um processo fácil, já que envolve a desconstrução de uma imposição que por muito tempo limitou e excluiu a participação feminina.

Mas, queremos destacar que sim, existem obstáculos que dificultam (não que impedem) o exercício do poder e da participação feminina. No espaço do colegiado, podemos afirmar que a exclusão ocorreu de forma clara. Os conflitos de territorialidades e os jogos de interesses que permeavam aquele espaço prevaleceu. Entretanto, a mulher foi de extrema importância, pois reforça que o debate territorial ainda precisa trabalhar melhor nas bases para sua efetividade em múltiplas escalas, e, também reforça o fato que elas existem de múltiplas formas no Sul do Pará.

Sales (2007) indica que mesmo na invisibilidade, as mulheres estão ocupando terras plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre para usufruí-la com seu trabalho. As “regras” foram impostas e por muito tempo respeitadas. Mas, como o tempo, espaço e a sociedade não são estáticos, a realidade aos poucos vai se modificando. Bandeiras vem sendo levantadas, lonas vem sendo erguidas, gritos ecoam, e aos poucos, demandas passaram a ser conhecidas. Sim, precisamos pesquisar, ler, ouvir e conversar sobre a importância das mulheres, e como elas atuam e influenciam territorialmente.

As trajetórias de participação política da mulher (Como argumenta Beauvoir, 1980) pode reforçar que são herdeiras de um pesado passado, mas, que se esforçam por forjar um futuro novo, através da construção de uma identidade política. No entanto, fundamentada em Butler (2015) e Haesbaert (1995) todo processo de construção de identidade, pressupõe a construção de um território, que por sua vez, pode passar pela complexificação de um processo a partir de um entendimento ou desentendimento relacional, o que justificaria a constituição de uma geografia a partir das geometrias do poder.

## REFERÊNCIAS

- CÉLIA, MARIA. **Experiência da mulher no Território do Sul do Pará/Alto Xingu**. 2017. Entrevista cedida a Laís Alves dos Santos, Marcos Alexandre Pimentel da Silva e Francileno da Trindade Batista. Marabá, 15 jan. 2017.
- BATISTA, F. T. **Políticas públicas, território e centralidades políticas no território da cidadania do Sul do Pará/Alto Xingu**. 2017. 135p. Trabalho de Conclusão de curso- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2017.
- BUTLER, Judith. **Relatir a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, v. 2, 1980.
- HAESBAERT, R. **Gaúchos no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade**. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993
- SAFFIOTI, H. I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramos, 2015.
- SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direito**. Estudos Feministas, v. 15, n. 2, 2007. p. 437- 443,
- SCHMINK, M; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 2012.